

Matheus Gianello pede licença 'para recompor com a Prefeitura'

Alvo de CPI, Matheus Gianello se licencia e acena a governo

Na mira da comissão processante na Câmara de São Caetano que apura possíveis práticas de improbidade administrativa, quebra de decoro parlamentar e conduta incompatível com a dignidade do cargo, o vereador Matheus Gianello (PL) pediu licença de 119

dias, com vigência imediata. Opositor ferrenho à gestão municipal, o parlamentar revelou ao Diário que utilizará o período de afastamento, até 12 de outubro, para recompor a relação com a Prefeitura comandada pelo republicano Tite Campanella. *Política 3*

Matheus Gianello pede licença 'para recompor com a Prefeitura'

Solicitação de afastamento foi lida ontem durante sessão na Câmara de São Caetano, tem efeito imediato e vigência até 12 de outubro

ANGELICA RICHTER

angelicarichter@dgabc.com.br

O vereador de São Caetano Matheus Gianello (PL), alvo de uma comissão processante instaurada pela Câmara para apurar possíveis práticas de improbidade administrativa, quebra de decoro parlamentar e conduta incompatível com a dignidade do cargo em razão da suposta manutenção de uma assessora fantasma em seu gabinete, solicitou licença de 119 dias do cargo.

Ao Diário, Gianello afirmou que utilizará o período de afastamento para recompor a relação com a Prefeitura, comandada por Tite Campanella (Republicanos). O pedido de licença foi lido durante a sessão de ontem e tem efeito imediato, com vigência até 12 de outubro. O retorno do vereador está previsto para a sessão do dia 13 de outubro.

O parlamentar tem adotado

uma postura de oposição à administração municipal. "Atuei praticamente um ano como oposição, mas realmente tem essa tendência, de pela cidade, ter algum tipo de reconciliação sim. Então, essa minha saída é realmente para demonstrar tanto ao prefeito quanto à Câmara que o diálogo é sempre a base de tudo", afirmou.

Gianello destacou que apoiou Tite Campanella durante a campanha ao prefeito, que à época integrava o PL. "Pedi muito voto para ele e conseguimos elegê-lo muito bem. Mas tivemos as nossas diferenças. (Quero) mostrar que é só um mal-entendido", pontuou o vereador, que é afilhado político do ex-prefeito José Auricchio Junior (PSD).

Paralelamente, a comissão processante decidiu, na última semana, dar prosseguimento aos trabalhos após analisar a defesa apresentada por Gianello. A denúncia foi protocola-

da no Legislativo pelo empresário e morador da cidade Marcelo Jesus Camargo.

Relator da comissão, Jander Lira (PSB) afirmou que o grupo entendeu que há elementos na denúncia que requerem maior apuração. "Precisamos nos aprofundar mais nesse processo. O próximo passo é ouvir as testemunhas apresentadas por Gianello, que tem até esta quarta-feira (17) para nos fornecer informações sobre essa pessoa, a fim de que possam ser chamadas pela comissão. A partir disso começa efetivamente o processo investigatório", destacou o pessebeista, que compõe a comissão juntamente com Cicinho Moreira (PL), na presidência do grupo, e o presidente da Câmara, Carlos Humberto Seraphim (PL), como membro.

No último dia 8, Gianello apresentou a defesa na Câmara. No documento sustenta

não ter cometido ilegalidades, uma vez que há previsão legal no regimento interno da Casa para o teletrabalho (a distância), por exemplo. Além disso, alega não existir respeito à proporcionalidade partidária na comissão – há nove siglas na Casa, mas apenas duas integram o grupo – e que as regras não permitem que pedido de cassação parta de eleitores.

Além do processo de cassação em andamento na Câmara, o caso também é alvo de investigação do MP-SP (Ministério Público de São Paulo). A apuração conduzida pela 7ª Promotoria de Justiça da Comarca tem como foco denúncias sobre a suposta manutenção de funcionários fantasmas ligados ao gabinete do parlamentar.

Entre os casos investigados está o de Ana Carolina Oliveira Bruno, nomeada para o cargo de chefe de gabinete, que, segundo a denúncia, teria recebido remuneração integral sem exercer efetivamente as funções. A ex-comissionada, exonerada em 10 de março, ainda teria viajado para a Itália entre 22 de junho e 4 de julho de 2025 sem solicitar férias ou afastamento formal do cargo.

Até o retorno de Gianello, a Câmara terá 20 vereadores. Isso porque o STF definiu que suplentes só podem ser convocados em afastamentos superiores a 120 dias, regra que deve ser seguida por estados e municípios em razão do princípio da simetria previsto na Constituição.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Página: Capa + página 3